

DESNUCLEAÇÃO DE ESCOLAS DO CAMPO E A RESISTÊNCIA ÀS POLÍTICAS HEGEMÔNICAS: UMA ANÁLISE EM SERRA DO RAMALHO/BA

ROLIM, Inaiara Alves¹

MOURA, Terciana Vidal²

SOUZA, Shirley Gonçalves de³

OLIVEIRA, Luciana Silva⁴

RESUMO: Esse artigo tem como objetivo discutir sobre a reversão do processo de nucleação que aconteceu no município de Serra do Ramalho/BA, entre os anos de 2017 a 2019, e a desnucleação dessas escolas em 2022. Apresenta uma reflexão a respeito de como este processo se constitui resistência às políticas hegemônicas que se fortalecem com a precarização das escolas do campo. Este estudo foi construído segundo os princípios da abordagem qualitativa, com o estudo bibliográfico sobre o tema, análise documental e levantamento de dados por meio de entrevista realizada com o representante da Secretaria Municipal de Educação. Este estudo evidencia a necessidade de repensar a escola do campo para abolir a prática excludente que é a nucleação/fechamento de escolas do campo. Essa situação possibilita o avanço de procedimentos de melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem, favorecendo a construção de uma formação emancipatória dos sujeitos do campo.

Palavras-chave: Nucleação de Escolas do Campo. Políticas Públicas para a Educação do Campo. Políticas Municipais Contrahegemônicas.

1 INTRODUÇÃO

¹ Professora da Educação Básica do campo atuando na Coordenação técnico Pedagógica da Educação do Campo, Classes Multisseriadas, Educação de Jovens e Adultos – EJA e Diversidade na Secretaria de Educação do município de Serra do Ramalho/BA. Graduada em Pedagogia, na Universidade do Estado da Bahia/UNEB; Especialização em Educação do Campo, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF BAIANO; Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Mestranda do Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB. E-mail: inaiararolim@gmail.com.

² Doutora em Ciências da Educação pela Universidade do Minho, Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia-UNEB, Especialista em Metodologia do Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação pela UNEB, Mestre em Educação e Contemporaneidade pela UNEB. Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB. E-mail: tercianaavidal@ufrb.edu.br.

³ Professora da Educação Básica do campo atuando na Coordenação técnico Pedagógica da Educação do Campo, Classes Multisseriadas, Educação de Jovens e Adultos – EJA e Diversidade na Secretaria de Educação do município de Serra do Ramalho/BA. Graduada em Pedagogia pela Universidade Paulista - UNIP; pós-graduada em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade Católica de Anápolis, pós-graduada em Ciências da Educação pela Faculdade Afirmativo, Mestre em Ciências da Educação pela FICS Facultad Interamericana de Ciências Sociales - Paraguai. E-mail: shigoncalves21@gmail.com.

⁴ Professora da educação básica atuando na Coordenação técnico Pedagógica do município de Serra do Ramalho, como Coordenadora Geral Administrativa e Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação/SMECD. Graduada em Pedagogia, na Universidade do Estado da Bahia/UNEB; graduada em Sociologia pela Uniasselvi; Especialista em Metodologia de Ensino e Pesquisa na Educação em Psicopedagogia. E-mail: lucianapankaru@gmail.com.

Na escrita da história da educação brasileira, a educação do meio rural tratou as escolas desse espaço apenas como meras “escolinhas”, as quais não possuíam estrutura física e ficavam isoladas, cujo objetivo era apenas a oferta de uma educação compensatória e pautada no modelo urbanocêntrico de ensino. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB nº 9394/1996, a situação da educação no meio rural começa a sofrer alterações, pois no Art. 28 dispõe que a escola rural deve adequar sua proposta aos modos de vida da população desse espaço.

Entretanto, na contramão do que está posto na LDB nº 9394/1996, o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado no ano de 2001 pelo Congresso, ressalta que as classes unidocentes deveriam ser substituídas e organizadas por meio do ensino seriado. Dessa forma, as discussões com relação ao estabelecimento de um ensino específico do meio rural são recentes no âmbito educacional brasileiro e no contexto das políticas públicas educacionais. Uma vez que a organização educacional para escolas campesinas sempre foi pensada a partir de uma estrutura definida pelos parâmetros urbanos. E por muito tempo as escolas do campo ficaram à parte das políticas governamentais.

Como fruto do descaso do poder público com relação à educação do povo campesino, surge o processo de nucleação e fechamento de escolas do campo, que geralmente ocorre sem consulta adequada à comunidade. Nesse contexto a nucleação acontece por meio do uso intensivo do transporte escolar e deslocamento de alunos desde suas comunidades para escolas com maior população, onde estes são reunidos em classes de acordo com sua faixa etária. Esse artigo, portanto, visa discutir sobre a reversão do processo de nucleação que aconteceu no município de Serra do Ramalho/BA, entre os anos de 2017 a 2019, e a desnucleação em 2022.

2 METODOLOGIA

Este estudo foi construído segundo os princípios da abordagem qualitativa, com o estudo bibliográfico sobre o tema, análise documental e levantamento de dados por meio de entrevista realizada com o representante da Secretaria Municipal de Educação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Quando refletimos sobre o projeto de Educação do Campo reivindicado historicamente pelos movimentos sociais, entendemos a urgência de as políticas públicas assegurarem não apenas o acesso do estudante à educação, mas acesso e permanência na escola em sua comunidade, considerando a pluralidade sociocultural dos povos do campo. No entanto, ao observar como a história da educação dos sujeitos do campo vem sendo escrita, identificamos um “processo de engendramento das políticas públicas na área específica da Educação do Campo, demonstrando as marchas e contramarchas na relação Estado e sociedade civil organizada do campo”, (MUNARIM, 2011, p. 01). Essa situação revela que a Educação do Campo, no contexto das políticas públicas, precisa ser conduzida por uma gestão que entenda os povos camponeses como sujeitos de direitos, considerando-os como atores sociais e capazes de participar ativamente no processo de tomada de decisão e transformação de sua realidade.

Por outro lado, mesmo com as conquistas dos movimentos sociais no âmbito da legislação educacional, o povo camponês ainda sofre com escolas sem infraestrutura adequada, materiais didáticos e pedagógicos, profissionais habilitados para atuar nesse espaço e efetivação de políticas públicas que garantam o acesso e permanência dos estudantes na escola e em sua comunidade. A educação dos povos camponeses vem sendo delineada a partir de realidades distintas ou de paradigmas urbanos, desarticuladas das especificidades históricas e do contexto social dessas pessoas. Nesse processo de fragilização da educação dos povos do campo, um aspecto que vem se intensificando nas últimas décadas é o fechamento/nucleação das escolas camponesas. No que se refere ao município de Serra do Ramalho/BA, segundo dados do Censo Escolar (2017) esse fenômeno se acirrou culminando com a saída de centenas de estudantes de sua comunidade para estudar em outras escolas, culminando com a nucleação de 13 escolas e desativação da escola indígena.

É preciso ressaltar que o município de Serra do Ramalho/BA tem sua origem na construção da barragem de Sobradinho, que alagou as cidades de Casa Nova, Remanso, Sento Sé e Pilão Arcado. As famílias que habitavam essas cidades foram obrigadas a fixarem residência na região que hoje conhecemos como Serra do Ramalho. Os dados dessa pesquisa evidenciaram que o município de Serra do

Ramalho vem agindo na contramão das políticas hegemônicas que atuam na precarização da educação das comunidades campestres. O município possui 85% das escolas localizadas no meio rural e para fortalecer as escolas campestres e evitar o desgaste dos alunos que se deslocavam de suas comunidades para estudarem na cidade, em 2022 o município realizou a desnucleação das 13 escolas e reativou a escola indígena, que havia sido fechada em 2016.

Nessa direção, em 2022, a Secretaria de Educação executou o Projeto de Desnucleação com vistas a reorganização da educação das comunidades do campo a partir de suas especificidades socioculturais e o reconhecimento da identidade das escolas desse espaço. Assim, reverter a nucleação de escolas campestres significa pensar políticas públicas de desenvolvimento do campo e formas de construção de uma sociedade capaz de superar as desigualdades entre regiões. Hage (2014) reforça que a escola no local de vivência dos sujeitos poderá cumprir de forma efetiva com seu processo de escolarização e oportunizar o acesso a um serviço tão básico que é a educação.

Segundo dados da Secretaria de Educação (2022), o município possui 40 escolas, das quais 34 estão no meio rural e destas 19 possuem classes multisseriadas e está se destacando no âmbito da formação docente para preparar os professores tanto na elaboração do planejamento quanto para elaboração de dinâmicas que atendam as especificidades das classes com multissérie. Estratégia que visa o fortalecimento da escola do campo para resistir ao processo de nucleação e fechamento de escolas campestres, visto que, as classes multisseriadas, que são vistas como algo negativo, “uma anomalia do sistema, uma praga que deveria ser exterminada”, (SANTOS; MOURA, 2012, p. 35), foram usadas como um dos argumentos para justificar a nucleação das escolas.

Na prática, entretanto, “[as] escolas multisseriadas oportunizam aos sujeitos o acesso à escolarização em sua própria comunidade, fator que poderia contribuir significativamente para a permanência dos sujeitos no campo, com o fortalecimento dos laços de pertencimentos [...]”, (HAGE, 2006, p. 05). Dessa forma, com o processo de desnucleação foi apresentada uma proposta pedagógica da Educação do Campo e Classes Multisseriadas, com a participação das comunidades, por meio de escutas, para agregar à proposta seus saberes e costumes específicos. Essa participação

culmina com o fortalecimento desse povo como organização social e consciente de que é possuidor de direitos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões levantadas com a desnucleação das escolas do campo em Serra do Ramalho lançam reflexão sobre a organização das escolas campesinas no sentido de evidenciar o papel que a educação e a escola têm na vida de crianças, jovens e adultos do campo; sujeitos que carecem da atenção do Estado e que tem na escola o único meio de empoderamento. Nesse contexto, é emergencial a efetivação de políticas públicas que tenham como prioridade o avanço estrutural e pedagógico das escolas do campo. É lamentável que crianças, jovens e adolescentes precisem sair de suas casas, percorrendo longas distâncias em transporte escolar, para chegar à escola.

Nesse cenário, o processo de deslocamento do estudante campesino de seu território para outras realidades, colabora com o ideário do sistema capitalista neoliberal em desligar os sujeitos do campo de sua ligação com a terra, gerando o fenômeno de desterritorialização dos povos do campo de seu espaço. Nesse cenário, as escolas unidocentes, com classes multisseriadas e poucos alunos tornam-se alvo dessa política hegemônica e contribui com a expansão do agronegócio, que necessita cada vez mais de mão de obra barata e não de sujeitos emancipados. Nessa conjuntura, o projeto de desnucleação nasce do entendimento de que se o processo de nucleação/fechamento de escolas continuar o campo será esvaziado, tornando-se um deserto sem plantações, pessoas, escolas, sem vida. Ressaltamos que não se deseja a fixação do homem no campo, como mero trabalhador para gerar insumos para a cidade, mas oportunizar os meios para que as pessoas possam escolher entre ficar ou sair do campo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar por permitir o desenvolvimento de todas as ações descritas neste trabalho. À professora Terciana pelas orientações e contribuições na realização da pesquisa, da qual esta discussão faz parte, e na escrita desse texto. À UFRB por oportunizar espaço de discussão e construção de conhecimentos a respeito

da Educação do Campo. À Secretaria de Educação nas pessoas de Shirley e Luciana por apoiar no processo de construção do projeto de desnucleação e pelo suporte aos professores das escolas desnucleadas e com classes multisseriadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Palácio do Planalto, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 16.11.2022.

BRASIL. **Lei n. 1172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Palácio do Planalto, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso em: 18.08.2021.

HAGE, S. M. Transgressão do paradigma da (muti)seriação como referência para a construção da escola pública do campo. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1165-1182, out-dez., ISSN 0101-7330. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302014000401165&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 28.10.2022.

HAGE, S. M. Classes Multisseriadas: desafios da educação rural no Estado do Pará/Região Amazônica. In: _____. (Org.). **Educação do campo na Amazônia: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará**. Belém: Gráfica e Editora Gutemberg, 2006.

MUNARIM, A. Educação do Campo e políticas públicas: controvérsias teóricas e políticas. In: MUNARIM, A.; BELTRAME, S. A. B.; CONDE, S. F.; PEIXER, Z. I. (orgs.). **Educação do Campo: políticas públicas, territorialidades e práticas pedagógicas**. Florianópolis: Insular, 2011.

SANTOS, F.J.S. dos; MOURA, T. V. Políticas educacionais, modernização pedagógica e racionalização do trabalho docente: problematizando as representações negativas sobre as classes multisseriadas. In: ANTUNES –ROCHA, M. I; HAGE, S. M. (orgs.) **Escola de direito: reivindicando a escola multisseriada**. – 2 Ed. – Belo Horizonte: Editora Gutemberg, 2012.